

FACULDADE DE LETRAS
INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA

CONIMBRIGA

VOLUME XXX



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

1991

MÁRIO JORGE BARROCA

Assistente da Faculdade de Letras do Porto. Bolseiro do INIC.

AS PIZARRAS VISIGODAS

A PROPÓSITO DE UMA OBRA DE I. VELÁZQUEZ SORIANO

«Conimbriga», 30, 1991, pp. 139-159

Resumo: Notas de leitura da Dissertação de Doutoramento de Isabel Velázquez Soriano sobre Pizarras Visigóticas, com comentários sobre aspectos considerados mais relevantes e um ponto de situação dos achados de materiais similares na área territorial portuguesa.

Abstract: Reading notes and comments on Isabel Velázquez Soriano Ph. D. Thesis about Visigothic Slates' Inscriptions. The Author also presents a view on Portuguese similar materials.

(Página deixada propositadamente em branco)

AS PIZARRAS VISIGODAS: A PROPÓSITO DE UMA OBRA DE I. VELÁZQUEZ SORIANO

A já prestigiada coleção “Antigüedad y Cristianismo”, publicada sob os auspícios das Universidades de Murcia e de Alcalá de Henares (através das respectivas Cátedras de Historia Antiga) e da Junta de Castilla y León, publicou em 1989 o seu sexto volume, a Dissertação de Doutoramento da Doutora Isabel Velázquez Soriano consagrada ao estudo das “Pizarras Visigodas”: *Las Pizarras Visigodas: Edición Crítica y Estudio*, (Murcia, 1989, 829 pp.)

O volume, com um total de 829 páginas, apresenta-se organizado em oito Partes, antecedidas de uma Introdução e seguidas de um Apêndice. A Primeira Parte é consagrada ao Contexto Geográfico e Arqueológico (pp. 39-64) e a Segunda ao Estudo Paleográfico (pp. 67-140), constituindo ambas o que a autora classificou de “aproximações externas”. A Terceira Parte compreende a publicação do Corpus Epigráfico (pp. 141 -314), a Quarta o seu Estudo Linguístico (pp. 315-566) e a Quinta o Estudo dos Conteúdos (pp. 567-637), constituindo as “aproximações internas” e assumindo-se como o núcleo central da Dissertação. Segue-se a Sexta Parte com Conclusões (pp. 639-668), a Sétima com criteriosos e preciosos índices (pp. 671-782), e a Oitava Parte com a Bibliografia (pp. 783-806). No final do Tomo, encontra-se um Apêndice com material gráfico complementar (pp. 807-829), independente de outro apoio gráfico que se encontra intercalado ao longo do texto, no estudo consagrado à evolução dos alfabetos e no *corpus* epigráfico.

A Dissertação de Doutoramento da Doutora Isabel Velázquez Soriano constitui, sem dúvida, um marco decisivo no estudo deste

fascinante fenómeno que são as “pizarras” (x) visigóticas, passando a constituir um elemento de referência fundamental e de consulta obrigatória. No entanto, não se trata de urna tese de Epigrafia mas sim de Linguística, facto que não diminui em nada o valor ao seu contributo e que, pelo contrário, valoriza o esforço desenvolvido pela autora em domínios como os da Arqueologia, Epigrafia e História, mais arredados da sua formação académica. Efectivamente, e conforme a própria autora declara logo na Introdução, o objectivo central do seu trabalho foi o de “realizar un estudio lingüístico de los textos de época visigótica escritos sobre pizarra” (p. 19). Por isso, o corpus epigráfico incide apenas sobre um dos grupos em que se costumam subdividir as “pizarras”, as de texto (2), não incluindo as “pizarras” numéricas (3) ou as “pizarras” com desenhos.

A autora não ignorou, no entanto, esses dois grupos considerados marginais para os seus objectivos, abordando algumas das principais características das “pizarras” numéricas ou de desenho, realçando a riqueza iconográfica das segundas e fornecendo novos contributos para a compreensão do enigmático universo das “pizarras” numéricas (pp. 29-33). Começaremos estas notas de leitura por salientar algumas das observações mais pertinentes de Isabel Velázquez Soriano sobre estes dois núcleos marginais ao seu estudo.

O importante núcleo das “pizarras” numéricas, o mais numeroso dos três grupos, levanta problemas interpretativos e cronológicos simultaneamente interessantes e delicados, já abordados por Manuel C. Diaz y Diaz (4). A autora sublinha, desde logo, a abundância dos achados de “pizarras” numéricas (5), e a relação inversa entre a frequência de achados (*)

(*) Ao longo destas notas de leitura preferimos manter a expressão castelhana “pizarras”, não a traduzindo por xisto, ardósia ou piçarra. Cremos, de resto, que a expressão castelhana já está suficientemente enraizada na linguagem epigráfica para designar este núcleo de placas de xisto gravadas dos séculos VI e VII.

(2) Também conhecidas pela designação de “tipo Diego Alvaro”, derivada da estação epónima, em Ávila.

(3) Ou “tipo Lerilla”, designação igualmente epónima derivada do castro de Lerilla, perto de Ciudad Rodrigo, de onde procede o maior núcleo de placas deste tipo.

(4) Cf. Manuel C. Diaz y Diaz, “Sobre la posible data de las pizarras salamantinas con signos numéricos”, *Zephyrus*, vol. 12, 1961, pp. 234-239.

(5) Só no castro de Lerilla a autora refere o aparecimento de mais de trezentos fragmentos de inscrições numéricas (p. 29).

de “pizarras” numéricas e de texto. Esta abundância de “pizarras” numéricas em estações onde escasseiam as de texto (e vice-versa), ilustrada de forma paradigmática nas estações de Lerilla e de Diego Alvaro, continua por explicar de forma satisfatória.

Por outro lado, este divorcio aparente entre as “pizarras” numéricas e as de texto (as que facultam melhores elementos cronológicos) levanta problemas de datação para o núcleo das “pizarras” numéricas. Apesar de todos os elementos disponíveis apontarem para o facto de se tratar de fenómenos sensivelmente contemporâneos, como demonstrou Diaz y Diaz, torna-se difícil a definição dos parâmetros cronológicos rigorosos dentro dos quais se devem enquadrar as “pizarras” numéricas. Não dispomos, portanto, de elementos seguros que nos indiquem o lapso de tempo em que estes documentos foram elaborados.

Tão pouco para o seu significado temos dados seguros. Os elementos disponíveis apontam para a necessidade de se considerarem não uma mas várias explicações: sistema de contabilidade relacionado com o gado ou com a produção agrícola, pagamento de censos, direitos de peagem (insc. n.º 2, pp. 32,148-149 e 613-614), repartição de produtos agrícolas (insc. n.º 5, pp. 32,154-155 e 603-604), venda de propriedades (insc. n.º 41, pp. 32,206-207 e 596-598), exercícios escolares, etc. Por detrás do carácter hermético e monótono destas sequências de números, que sai reforçado nas epígrafes exclusivamente numéricas, parece estar um sistema de contabilidade agrícola devidamente organizado, facto que importa sublinhar e que adquire uma importância histórica ainda maior se atendermos à sua cronologia altimediévica, numa época onde os documentos escritos sobreviventes escasseiam.

Por outro lado, importa realçar que as “pizarras” numéricas apresentam uma aparente coerência interna: sucessões de números sistematicamente organizados em sequências horizontais, onde a única operação aritmética contemplada parece ser a soma, e em vários exemplos com essas sequências horizontais totalizando o mesmo valor.

Por último, nas sequências numéricas apenas se utiliza a forma de notação progressiva e nunca a regressiva ou subtractiva: os numerais 4 e 9 são grafados sob as formas de “UH” e “VIII” e nunca “IV” e “IX”. Esta característica é comum à Epigrafia Cristã e a uma parte significativa da Epigrafia Medieval em Portugal, onde até aos fins do século XII se desconhecem exemplos seguros de notação regressiva dos numerais ⁽⁶⁾.

⁽⁶⁾ A designação de “Epigrafia Cristã” tem sido comumente utilizada para classificar as inscrições paleocristãs, abrangendo os séculos V a Vili, e apresentando

No que respeita às “pizarras” de desenho, que convivem indiscriminadamente com as “pizarras” numéricas e de texto, importaria a publicação de um corpus exaustivo, dada a riqueza iconográfica deste núcleo, onde nos surgem representações de figuras humanas e animais, de instrumentos agrícolas e inclusivé de tabuleiros de jogo (7). Os problemas de datação são similares aos das “pizarras” numéricas, embora uma vez mais os elementos disponíveis apontem para um convívio cronológico e cultural com as “pizarras” de texto.

Os objectivos definidos pela autora na Introdução da sua Dissertação de Doutoramento — o estudo linguístico — levaram-na a privilegiar, naturalmente, as “pizarras” de texto. Elas constituem, portanto, o núcleo central do seu estudo.

Ao todo, foram inventariados 104 documentos epigráficos, sobre os quais incide o estudo linguístico. Apesar do notável esforço de inventariação, que permitiu a reunião do mais completo corpus epigráfico de “pizarras” de texto até hoje publicado, não se trata de um levantamento exaustivo. Como Isabel Velázquez Soriano refere, o corpus traduz o estado da inventariação das “pizarras” de texto no ano de 1986, não

em Portugal como exemplos limítrofes a inscrição de Mértola datada de 5 de Julho de 465 (inscrição de *Donata*) e a inscrição de Tavira datada de 11 de Janeiro de 729 (inscrição de *Adulteus*). A “Epigrafia Medieval” encontra em Portugal o seu exemplo mais remoto na inscrição da igreja de Santiago de Castelo de Neiva datada de 862.

O mais antigo exemplo de notação regressiva dos numerais na “Epigrafia Cristã” portuguesa encontramos na inscrição de *Veranianus*, datada de 29 de Maio de 531 e procedente do cemitério de Silveirona, onde a Era foi grafada sob a forma de “... ERA DLXVIII” (cf., entre outros, José d’Encarnação, “Epigrafia Romana do Nordeste Alentejano”, *Conimbriga*, voi. 16, Coimbra 1977, pp. 77/78). Todos os exemplos portugueses de epígrafes paleocristãs utilizam este sistema de notação dos numerais. O mais antigo exemplo de notação regressiva dos numerais que conhecemos em Portugal encontra-se na inscrição de 1191 procedente de Porto de Mós e conservada no Museu do Carmo em Lisboa, onde a Era está gravada sob a forma “... E : M : CC : XX : IX : ...”. No entanto, ainda depois dos fins do século XII o sistema progressivo continuou a ser o mais usual, embora se multipliquem cada vez mais os exemplos regressivos.

(7) Cf. J. Francisco Fabian, M. Santonja Gomez, A. Fernandez Moyano e N. Benet, “Los Poblados Hispano-Visigodos de «Cañal», Pelayos (Salamanca)”, *Acto deli Congreso de Arqueologia Medieval Española*, tomo 2, Zaragoza 1986, pp. 187-202, fig. 3 nº 5.

compreendendo achados posteriores a esse ano. No entanto, mesmo dentro das peças localizadas e conhecidas até ao ano de 1986, não foi possível incluir um núcleo de cerca de uma dezena de “pizarras” de texto procedentes de San Martin del Castañar, por se encontrarem em estudo pelo Prof. Ruiz Asencio (cf. p. 47/48). Também para a área portuguesa, como veremos de seguida, o levantamento se afigura incompleto, sendo apenas referida a existência de um exemplar que não foi estudado nem publicado no corpus epigráfico.

É sobre os elementos reunidos no corpus epigráfico que a autora estruturou a Primeira Parte do seu estudo, o Contexto Geográfico e Arqueológico. O âmbito geográfico dos achados de “pizarras” de texto encontra-se circunscrito a uma área bem definida, englobando a zona Sudeste da província de Salamanca, a zona Sudoeste da província de Ávila e uma estreita faixa Norte da província de Cáceres:

“... el contexto geográfico de estas piezas se limita prácticamente a las provindas de Avila y Salamanca, añadiendo a esta zona algunos puntos del Norte de la provincia de Cáceres, así como los casos hasta ahora aislados de Quintanilla de Arriba en Valladolid o la conocida pizarra de Carrio en Asturias o las piezas numéricas halladas en Coca ...” [provincia de Segóvia] (p. 39).

Ou seja, compreende uma área da Meseta Central não muito arredada da mancha da principal concentração de necrópoles hispano-visigóticas peninsulares ⁽⁸⁾. Mas, curiosamente, e muito embora elas não sejam de todo desconhecidas, as necrópoles hispano-visigóticas estão aqui escassamente representadas. Trata-se de uma área marginal ao que se poderá designar como o fulcro central do assentamento visigótico. Por outro lado, verifica-se uma certa regularidade na presença de testemunhos arqueológicos tardo-romanos nas estações que forneceram “pizarras” de texto. Os dados parecem apontar, portanto, para populações com um abstracto cultural essencialmente tardo-romano, mas em contacto estreito com a realidade visigótica, como se depreende do conhecimento e observância da *Lcx Visigothorum* que algumas “pizarras” denunciam.

⁽⁸⁾ Veja-se, por exemplo, o estudo já clássico, e necessariamente desactualizado, de Pedro de Paiol, “Arqueologia y Demografía hispánicas de los siglos IV al Vili, Ensayo de cartografía”, *B.S.A.A.*, vol. XXXII, Valladolid, 1966, mapa VI.

Em nota, a autora regista a notícia do aparecimento de uma “pizarra” de texto em Braga, que não publica no seu corpus epigráfico. Cremos que a “pizarra” bracarense que Isabel Velázquez Soriano refere é a inscrição opistógrafa aparecida nas escavações arqueológicas na Colina de Maximinos (BRA MAXX 0841), com um texto em cursiva visigótica distribuído por 8 regras no anverso e em 2 regras tenuemente gravadas no reverso.

Para além deste exemplar, existe um outro pequeno fragmento de xisto também gravado em ambas as faces, recolhido no Museu Pio XII, do Seminário Maior de Braga, e que segundo informação do Cónego Doutor Luciano dos Santos também seria procedente da Colina de Maximinos. A placa de xisto, com 5,6 x 3,9 cm de dimensões máximas, apresenta no anverso 5 regras incompletas e no reverso outras quatro.

No mesmo Museu Pio XII guarda-se ainda uma placa de xisto com desenho procedente da Falperra, com dimensões máximas de 15 cm (A-B) e 24,1 cm (C-D), e cerca de 9 mm de espessura, onde se representou uma figura humana nimbada (Fig. 1). Pelo suporte, pela proximidade geográfica da Falperra em relação a Braga, e pelo tipo de retrato, algo ingénuo, com um tratamento linear, esta placa poderá ser enquadrada dentro da estética do século VII, pressagiando a evolução que culminaria nas magníficas iluminuras das cópias dos *Beatus*. No entanto, os elementos não são concludentes, podendo tratar-se, pelo contrário, de um registo iconográfico moçárabe, do século X ⁽⁹⁾. A frontalidade do retrato, o tratamento dado ao nimbo, os olhos amendoados, as sobrancelhas e o nariz retratados como linha única e contínua, o pregueado do manto e a sua gola, são pormenores que não podem deixar de recordar os *Beatus* e outros manuscritos iluminados moçárabes, nomeadamente a *Bíblia de S. Isidoro de León*, de 960, ou o *Beatus de Valcavado*, de 970 ⁽¹⁰⁾. Infelizmente as escavações arqueológicas realizadas na Falperra pouco esclareceram sobre o momento de abandono das suas importantes estruturas ⁽ⁿ⁾.

⁽⁹⁾ Referimo-nos este exemplar em Mário Jorge Barroca, *Necrópoles e Sepulturas Medievais de Entre-Douro-e-Minho (Séc. V a XV)*, Dissertação para Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica, Porto, ed. policopiada, 1987, p. 196, valorizando a sua possível cronologia moçárabe.

⁽¹⁰⁾ Cf. Jacques Fontaine, *Art Préroman Hispanique*, vol. II, *L Art Mozarabe*, Zodiaque, Yonne, 1977, pl. 108-114.

⁽ⁿ⁾ Cf., entre outros, Pedro de Paol, *Arqueologia Cristiana de la España Romana*, Madrid 1967, pp. 371-373, e J. J. Rigaud de Sousa, “A Estação

Este pequeno núcleo revela-se importante por nos documentar o aparecimento de “pizarras” do século VII junto de Braga, cidade cujo esplendor no período tardo-romano e paleocristão é por demais conhecido ⁽¹²⁾, e talvez junto da Falperra (se tomarmos em consideração a hipótese cronológica visigotista), onde escavações arqueológicas revelaram a existência de um templo paleocristão e, associada a ele, urna possível estrutura monástica altomedieval. Embora os elementos disponíveis sejam demasiado escassos, estes testemunhos podem revelar a presença de influências da zona de Salamanca-Avila na área de Braga, um aspecto por ora mal caracterizado pela Arqueologia, que se podem ter processado pela imigração de populações. Neste sentido, não deixa de ser sintomático que Braga se implante numa zona granítica e não xistosa: o material foi “importado” de uma área mais ou menos arredada, possivelmente dos afloramentos de xistos que se desenvolvem a Norte e Oeste da cidade, e a sua utilização não deveria corresponder a uma tradição local. O “núcleo bracarense” revela-se como mais um caso marginal no âmbito geográfico das “pizarras” visigóticas, tal como o são os achados de Coca (Segovia), de Quintanilla de Arriba (Valladolid) e, sobretudo, de Carrio (Asturias). Este último exemplo é, talvez, o mais significativo de todos, não só por ser o que surge numa zona mais arredada da área central de ocorrência de “pizarras”, mas também por ser o caso mais tardio, com uma datação relativa de c. 750 (n.º 104, p. 312-314). Ele deve retratar as emigrações para Norte a partir da segunda década do século VIII, quando algumas populações terão procurado fugir à passagem dos exércitos muçulmanos nas suas campanhas de 711-718. De resto, não deixa de ser sintomático o facto de a “pizarra” de Carrio permanecer como caso isolado na zona, não correspondendo a nenhuma tendência local.

Mas a mancha onde se cartografam achados de “pizarras” visigóticas não se devia circunscrever apenas ao núcleo central de Avila-Salamanca e aos exemplos isolados acima referidos. A zona fronteiriça portuguesa de Riba-Coa, vizinha dessa zona de maior concentração de achados, deverá ser, de futuro, prospectada com maior atenção já que ela constitui

Arqueológica da Falperra. Notas para a sua História”, *Arquivo de Beja*, vol. XXV-XXVII, Beja, 1968-1970, pp. 57-64.

⁽¹²⁾ Sobre o sarcófago da Sé de Braga e outros testemunhos paleocristãos de Bracara Augusta cf. Mário Jorge Barroca, *Necrópoles e Sepulturas Medievais de Entre-Douro-e-Minho (Séc. V a XV)*, Porto, ed. policopiada, 1987, pp. 39-42, onde se indica outra bibliografia pertinente.

a continuação geográfica e geológica da região de maior densidade de achados de “pizarras”. Por isso, não é de estranhar a referência registada por Luís Coelho do aparecimento, antes de 1969-70, de pequenas placas de xisto gravadas junto da capela de Stº André, em Almofala (Figueira de Castelo Rodrigo) (13). De igual modo não seria surpreendente o aparecimento de inscrições semelhantes na zona sudeste do distrito de Bragança, prolongamento da “mancha xistosa” onde têm ocorrido a esmagadora maioria dos achados de “pizarras”.

A autora não ignora a importância do contexto geológico onde ocorre a maioria dos achados de “pizarras” visigóticas, mas teria sido interessante a apresentação de uma carta geológica dessa mancha xistosa com a cartografia da dispersão das “pizarras” de texto. De resto, a parte cartográfica é um dos pontos fracos desta Dissertação: apenas três mapas, que acompanham o inventário arqueológico (p. 62-65), e que mereciam um tratamento cartográfico de melhor qualidade.

O inventário das estações arqueológicas (p. 42-56), organizado por províncias, fornece uma síntese dos dados conhecidos para cada local onde ocorreram “pizarras” visigóticas de texto, com um pequeno comentário para cada uma delas e a indicação da bibliografia específica. Para além do lugar de destaque que ocupa a estação de Diego Alvaro, com os seus dois núcleos (Dehesa del Castillo e La Lancha del Trigo), salientemos a importância potencial das estações visigóticas de Cañal (Pelayos, Salamanca), com os seus três povoados, com escavações arqueológicas em curso e de que se conhecem já alguns resultados

(13) Cf. Luís Coelho, “Breve Nota sobre a Epigrafia duma pequena placa de xisto goda proveniente de Plasência (Espanha), hoje no Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia”, *O Arqueólogo Português*, IIP Série, voi. 6, Lisboa, 1972, p. 276 (também citado por Isabel Velázquez Soriano, p. 54). O exemplar estudado por Luís Coelho é uma “pizarra” numérica opistógrafa.

Para além da inscrição do M.N.A.E. estudada por Luis Coelho, registemos a existência de uma outra placa de xisto espanhola conservada em Portugal, um fragmento de uma inscrição numérica proveniente do Castro de Lerilla que se guarda no Museu de Antropologia Dr. Mendes Correia, da Faculdade de Ciências do Porto, e já publicada por Carlos Alberto Ferreira de Almeida, “Notas sobre a Alta Idade Média no Noroeste de Portugal”, sep. de *Revista da Faculdade de Letras*, Série de História, voi. 3, Porto 1973, p. 24, nota 89 e Est. II, nº 3 (por lapso tipográfico reproduzida em posição invertida).

preliminares ⁽¹⁴⁾, sendo de aguardar novos contributos para o estudo deste fenómeno das “pizarras” visigóticas e para a compreensão da sociedade que as criou. Igualmente importante se afigura o núcleo de Salvatierra de Tormes (Salamanca), zona onde abundam os afloramentos de xisto e que parece ter abastecido os povoados de Diego Alvaro (Dehesa del Castillo e La Lancha del Trigo), grande foco de “pizarras” de texto, curiosamente situados numa área onde o xisto escasseia (p. 44 e 58-59).

Para a maioria das estações conhecem-se poucos elementos seguros, mas em todas elas parece estamos perante comunidades tardo-romanas que se adaptaram aos novos dominadores depois da sedentarização das populações visigóticas:

“poblaciones antiguas, plenamente romanizadas, que continúan existiendo en época visigoda, después de haber sufrido, probablemente, las convulsiones lógicas de la invasión de los pueblos germanos, y que, por tanto, se han asimilado y han pervivido ante la nueva situación, fusionándose en una misma comunidad hispano-visigoda tanto los elementos romanos como los foráneos...” (p. 59).

A Segunda Parte do estudo de Isabel Velázquez Soriano incide sobre as características paleográficas das “pizarras”. A compreensão da real dimensão deste capítulo passa, em nosso entender, pela abordagem prévia de dois vectores que julgamos serem fundamentais: o carácter ambíguo das “pizarras” e a sua importância no contexto do estudo da evolução paleográfica altimediévia.

As “pizarras” visigóticas constituem um curioso e estimulante exemplo do que poderíamos designar por ambiguidade epigráfica. Pela natureza do seu suporte — o xisto — elas podem ser consideradas como “epígrafes” na definição clássica de Epigrafia: tendo começado por ser a ciência que estudava os documentos gravados sobre pedra, acabaria por ser considerada, por alargamentos sucessivos da natureza de suporte, como a ciência que estudava documentos gravados sobre matérias duras, perenes. Essa era a definição de Raymond Bloch, de Giulio Battelli ou de Jean Mallon, entre outros. Ora, como bem sublinhou Robert Favreau,

⁽¹⁴⁾ Cf. J. Francisco Fabian, M. Santonja Gomez, A. Fernandez Moyano e N. Benet, *op. cit.*, 1986.

“Il faut pousser plus avant la réflexion, car on ne peut se satisfaire de définitions fondées seulement sur une notion de support matériel, de forme extérieure. Il est impossible de tracer, à ce point de vue, une limite précise entre la paléographie et l'épigraphie. La première étudie principalement, il est vrai, les textes écrits sur papyrus, parchemin, papier, mais son domaine recouvre en fait l'ensemble de l'écrit, donc aussi bien les inscriptions sur pierre ou autre matière, que les légendes des sceaux ou des monnaies. L'épigraphie ne se limite pas à une étude de l'écriture des inscriptions, mais elle fait partie du champ de recherche du paléographe. On ne peut pas plus retenir comme fondamentale la notion de matière «dure», «non périssable». ” (15).

Segundo este autor, *“Partie intégrante de la paléographie, l'épigraphie se distingue fondamentalement de la diplomatique. Les inscriptions médiévales n'ont pas pour but de fonder des droits, d'établir des actes de nature juridique, des contrats entre des parties, des pièces ayant une valeur déterminée dans le temps. Elles ne constituent pas des «archives», des sources documentaires. (...) G. Batelli reconnaissait, en 1939, une «finalité» particulière à l'épigraphie, et c'est bien naturellement à partir de cette finalité, de cette originalité, que doit se chercher une définition. J'ai proposé en 1969 de retenir comme éléments fondamentaux d'une définition les notions de publicité et de durée. Ces notions ressortent immédiatement de l'aspect des inscriptions: celles-ci sont habituellement écrites sur une matière durable afin d'assurer la durée de l'information qu'elles transmettent, et elles sont généralement rédigées en lettres capitales — ou en lettres minuscules non liées — afin d'être lues de façon claire, même de loin. (...) On pourrait donc proposer pour définition de l'épigraphie: science de ce qui est écrit, sur un monument ou un objet donné, en vue d'une publicité universelle et durable, et en dehors des préoccupations juridiques ou administratives qui sont essentielles dans les actes étudiés par la diplomatique. Il faut reconnaître qu'une définition de l'épigraphie reste malaisée, tant cette science est complexe et à la frontière de plusieurs autres disciplines. ” (16).*

Ora, se seguirmos o ponto de vista de Robert Favreau, as “pizarras” visigóticas são documentos que utilizam o xisto, matéria perene, como

(15) Robert Favreau - *Les Inscriptions Médiévales*, Typologie des Sources du Moyen Age Occidental, fase. 35, Brepols, 1979, p. 12/13.

(16) Robert Favreau, *op. cit.*, 1979, p. 13-16.

suporte mas que do ponto de vista do conteúdo obedecem em tudo a documentos escritos “comuns”, como os que estamos habituados a ver exarados sobre pergaminho (17). De resto, é sintomático que Isabel Velázquez Soriano quando procura estudar os conteúdos das “pizarras” (Quinta Parte, Aspectos de Conteúdo) se socorra de uma tipologia que foi buscar à Diplomática e não à Epigrafia. O divórcio temático que se pode detectar entre as inscrições lapidares paleocristãs, com um largo domínio para os epitáfios, e as “pizarras”, com uma total ausência de epitáfios, ajuda a sublinhar precisamente a diferença de natureza destes dois universos documentais: as primeiras são epígrafes, no sentido pleno do termo, as “pizarras” são documentos quotidianos gravados em xisto. Muitas reflectem actos jurídicos ou têm implicações jurídicas. Atente-se, ainda, no facto de vários exemplares apresentarem listas de testemunhas ou confirmantes, alguns mesmo o *signum* a sublinhar a legitimidade do acto jurídico, facto por demais estranho em Epigrafia mas tão comum na Diplomática. Do ponto de vista dos conteúdos também algumas “pizarras” se afiguram elucidativas, mas bastará citar aqui a pizarra nº103, uma carta que Faustino escreve a Paulo, aparecida em El Barrado (Plasencia, Cáceres). Por outro lado, uma simples análise, mesmo superficial, destas “pizarras” põe em destaque um alfabeto cursivo que não ocorre em epígrafes mesmo coevas: a comparação de inscrições paleocristãs dos séculos VI e VII, contemporâneas das pizarras visigóticas, revela-nos um alfabeto predominantemente caracterizado pelas letras maiúsculas gravadas de forma autónoma, sem grandes nexos. A característica dominante das “pizarras” visigóticas é a extrema cursividade do seu alfabeto, lado a lado com os passos iniciais de sistemas de nexos e de abreviaturas que, depois, iremos encontrar em documentos escritos sobre pergaminho e não em inscrições sobre pedra. Os pontos de encontro entre as “pizarras” e os documentos estudados pela Paleografia levam, igualmente, a autora a procurar definir o *ductus* em algumas letras, possível através da análise com lupa, graças à presença do que poderíamos chamar uma “micro-estratigrafia” de traços. As “pizarras” visigóticas são, verdadeira e literalmente, documentos que, por força de condicionamentos peculiares (abundância de xisto, carestia do pergaminho, dificul-

(17) Aspecto também já sublinhado por Manuel C. Diaz y Diaz, “Consideraciones sobre las pizarras visigóticas”, *Actas de las I Jornadas de Metodología Aplicada de las Ciencias Historicas*, vol. V, “Paleografia y Archivística”, Santiago de Compostela, 1975, p. 25.

dades técnicas no tratamento das peles, etc) não foram escritos sobre pergaminho mas sobre xisto. Arriscaríamos, portanto, desde já uma conclusão: a Dissertação de Doutoramento de Isabel Velázquez Soriano é, antes do mais, uma tese em Linguística, mas também o é em Paleografia e em Diplomática. As “pizarras” visigóticas constituem, assim, um dos núcleos de materiais que ilustram de forma perfeita a pertinência das observações de Robert Favreau na sua tentativa de definição da Epigrafia e de delimitação do seu objecto de estudo.

Equacionada a primeira linha de força, estamos assim aptos a melhor compreender a importância do estudo paleográfico das “pizarras”, que constitui a Segunda Parte do estudo de Isabel Velázquez Soriano. As “pizarras” visigóticas retratam um dos momentos iniciais da formação do alfabeto visigótico cursivo, derivado da chamada “nova escrita romana comum” que, contrastando com a escrita comum clássica, haveria de se desenvolver nos últimos tempos do Império e que, com a sua fragmentação verificada na Alta Idade Média, iria originar, por processos evolutivos autónomos e paralelos, as várias caligrafias regionais. Deste modo, as “pizarras” visigóticas constituem o elo de ligação entre a “nova cursiva romana comum” e o alfabeto visigótico cursivo que, na documentação portuguesa sobre pergaminho foi utilizado desde o século IX (com o mais antigo testemunho sobrevivente datado de 882) até aos inícios do século XII⁽¹⁸⁾. A importância destes documentos sobre xisto para uma época onde escasseiam as fontes escritas não necessita de ser sublinhada. Na quase ausência de pergaminhos, estas placas de xisto afiguram-se fundamentais para a compreensão deste processo.

Dentro desta perspectiva paleográfica, torna-se significativa a opção pelo tipo de suporte destes documentos: o xisto, rocha abundante na área, facilmente destacável sob a forma de placas estreitas e leves (portanto móveis), sem carecer de grandes trabalhos de preparação para se obter uma superfície susceptível de ser escrita. Uma rocha que, pela sua fraca dureza, se torna particularmente apta para ser grafitada. As “pizarras” apresentam textos que, mais do que gravados, foram grafitados. Não houve necessidade de se recorrer a percutores para se gravarem as letras - como é comum nas epígrafes, e que conduz a uma predominância das letras se não maiúsculas pelo menos gravadas de forma autónoma, sem

⁽¹⁸⁾ Cf. Maria José Azevedo Santos, *Da Visigótica à Carolina. A Escrita em Portugal de 882 a 1172*, Dissertação de Doutoramento, Coimbra 1988.

nexos. Para se gravarem as “pizarras” os seus autores socorreram-se de simples estiletos metálicos de pontas afiladas que deram origem a sulcos pouco profundos. De resto, a autora refere o aparecimento de estiletos metálicos na Dehesa del Cañal (Pelayos) e em Navahombela (Salamanca), bem como de pedras utilizadas para afiar esses estiletos em Canal (p. 69, nota 51, e Fig. 5 do Apéndice Gráfico, p. 811), facto raro e que ajuda a conferir ainda mais importância a este conjunto documental. A reduzida dureza do suporte permitiu o desenvolvimento de uma forma de escrita típica dos documentos sobre pergaminho, profundamente cursiva, plena de nexos e com um sistema de abreviaturas que mais tarde surgirá nos diplomas sobre pergaminho. A cursividade dos textos, apenas possível com socorro de uma rocha como o xisto, e a aparente familiaridade dos “escribas” com o alfabeto cursivo, só pode denunciar a existência, nesses séculos VI e VII, de um volume de documentação escrita sobre suportes perecíveis muito maior do que poderíamos suspeitar através dos escassos exemplos sobreviventes. Não nos esqueçamos que as “pizarras” traduzem o nível cultural de núcleos habitacionais profundamente rurais, muito distantes do nível cultural das cidades e sobretudo da *urbs regia* de Toledo. Por outro lado, não só a presença destas “pizarras” denuncia um nível cultural relativamente elevado. O facto de a maior parte das “pizarras” terem saído de mãos diferentes (mesmo que alguns casos de escribas comuns tenham sido identificados) aponta para uma difusão da escrita e a penetração de um certo grau de cultura em meios rurais, o que é reforçado se atendermos à relativa qualidade do latim utilizado.

O estudo paleográfico desenvolvido por Isabel Velázquez Soriano partiu da definição cronológica das “pizarras” visigóticas. Se é certo que a mais antiga pizarra pertence aos fins do século V/inícios do século VI (insc. n^o 1) e que a mais recente, a “pizarra” de Carrio (Asturias), com o seu curioso texto apotropaico, tem sido datada de meados do século VIII (insc. n^o 104), a maioria das “pizarras” pertence ao período compreendido entre o último quartel do século VI e os derradeiros anos do século VII, possibilitando, deste modo, uma boa imagem do “alfabeto cursivo visigótico primeiro”. O estudo paleográfico apoia-se primeiro nas “pizarras” que fornecem elementos de datação absoluta⁽¹⁹⁾ ou que fornecem elementos seguros para uma cronologia relativa⁽²⁰⁾. Deste modo,

(19) Insc. n^o 8, datada de 586; insc. n^o 43, datada de Agosto de 667.

(20) Insc. n^o 9, de [649-652]; insc. n^o 18, de [642-649?]; insc. n^o 19, de [612-621] ou de [631-636]; insc. n^o 26, de 691; insc. n^o 39, de [560-590], insc. n^o 41, de

a autora apresenta uma evolução do alfabeto visigótico cursivo nos seus primeiros momentos: dentro do século VI a individualização do alfabeto no tempo de Recaredo (586-601), a partir das inscrições n^o 39, 8 e 42; dentro do século VII, os alfabetos foram reconstruídos a partir das inscrições n^os. 19, 18, 59, 9, 43, 44 e 26; no século VIII, os meados da centúria ilustrados pela inscrição de Carrio. A análise evolutiva parte de uma base documental coesa, pelo menos para os séculos VI e VII, com um número suficientemente elucidativo de exemplares provenientes de uma área bem delimitada. No entanto, na inscrição de Carrio, que permitiu a Isabel Velazquez Soriano definir o alfabeto dos meados do século VIII, as diferenças detectadas podem não ser apenas resultantes do meio século que separa esta “pizarra” das outras, mas também ser o espelho de diferenças geográficas. O estudo de Isabel Velázquez Soriano permitiu, para além de definir as principais características da evolução do alfabeto visigótico cursivo, desmontar a teoria de D. Manuel Gomez-Moreno da escrita do “ciclo de Ubamba” ou do tempo de Wamba, e para a qual a autora demonstrou não haver bases seguras para ser individualizada (p. 92-94) ⁽²¹⁾. A detalhada análise da evolução do alfabeto da letra visigótica cursiva primeira das “pizarras” desenvolvida por Isabel Velázquez Soriano (p. 74-80) passa a constituir, lado a lado com os escassos documentos sobre pergaminho conhecidos para a mesma época, um elemento de consulta obrigatória para todos quantos quiserem compreender melhor esse processo de formação da letra visigótica cursiva que domina a documentação peninsular sobre pergaminho dos séculos VIII-IX a XII.

“... las pizarras muestran la evolución de la escritura «nueva cursiva común romana» dentro de España y sirven de puente entre ésta y la cursiva visigótica, que aparece plenamente formada en los últimos años del s. VIII y siglos posteriores, después del paréntesis que supone la invasión y asentamiento de los árabes a partir del 711.” (p. 103).

[586-601]; insc. n^o44, de [672-680?]; insc. n^o59, de [642-649]; einsch. n^o92, de [642-649].

⁽²¹⁾ A “escrita de Ubamba”, definida por Gomez-Moreno no seu clássico, e polémico, estudo *Documentación Goda en Pizarra*, Madrid, Real Academia de la Historia, 1966, p. 86, foi individualizada a partir de passagens das “pizarras” que Isabel Velázquez Soriano entende não existirem. As deficiências do estudo de Gomez-Moreno eram, de resto, já reconhecidas desde há algum tempo, sobretudo pelas observações de M. Diaz y Diaz.

Conimbriga, 30 (1991), 139-159

O estudo paleográfico não esqueceu a análise dos nexos (p. 80-86), escassos nas “pizarras” mais antigas, e progressivamente mais abundantes à medida que se avança no tempo, numa profusão que, como já tivemos oportunidade de sublinhar, se fica a dever à extrema cursividade dos seus textos. O mesmo se diga dos sistemas de abreviaturas (p. 86-92), escassamente desenvolvidos nas “pizarras” mais antigas, com algumas abreviaturas esporádicas e um sistema pouco cristalizado, e progressivamente mais usual nas peças mais tardias, evidenciando normas cada vez mais estabelecidas. Predomínio para algumas formas de abreviatura comuns, mais tarde, à documentação sobre pergaminho, tais como a supressão das vogais de uma palavra, a supressão das terminações em *-us* ou em *-um*, ou a abreviatura do *per* na letra P cortada por traço inferior. A autora regista ainda a raridade dos sinais indicadores das abreviaturas, paralela com a ausência de sinais de pontuação ou de separação das palavras. Por outro lado, a frequência e a regularidade das abreviaturas por contracção nos *nomine sacra* parece confirmar a possibilidade de este sistema de abreviaturas ter encontrado neles o seu primeiro campo de utilização.

“En suma, un sistema abreviativo no muy extenso, pero bastante bien establecido, que y a ofrece, incluso, algunos rasgos típicos de la cursiva visigótica de épocas posteriores ” (p. 109)

A Terceira Parte do estudo de Isabel Velázquez Soriano integra o Corpus das “pizarras” de texto, como já vimos com a publicação de 104 documentos balizados entre os fins do séc. V e os meados do séc. VIII. A sequência do corpus acompanha, com raras excepções, a enunciação das estações arqueológicas. Prevalece, portanto, o critério geográfico, embora a inscrição mais antiga esteja no início do corpus (insc. n^o 1) e a mais recente surja em último lugar (n^o 104). O critério geográfico parece ser, realmente, o que melhor responde à natureza das “pizarras”, na sua larga maioria sem possuírem datações absolutas.

A ilustração de quase todas as “pizarras” fez-se com recurso a desenho fac-similé, à excepção das insc. n^o 77,78, 79 e 89, de que não foi possível apresentar desenho pelo facto de terem paradeiro desconhecido. Apesar de a autora definir claramente as condições em que se realizaram os desenhos, com película transparente e com utilização de luz rasante, teria sido preferível apresentar para além do desenho (sempre interpretativo) uma fotografia (apesar de se reconhecer a dificuldade em se obterem fotografias legíveis em materiais como as “pizarras” onde os

sulcos são muito superficiais). Ficaria, assim, garantida a possibilidade de o leitor poder cotejar, de forma independente e isenta, as leituras propostas pela autora. Esta observação sai reforçada se atendermos às divergências de leitura de algumas “pizarras” entre a versão de M. Gomez-Moreno e a de Isabel Velázquez Soriano ⁽²²⁾, o que justificaria a publicação de documentação fotográfica mais abundante. Também em relação aos desenhos teria sido preferível incluir uma escala gráfica, ao invés de se indicar em legenda as reduções realizadas, sob a forma de percentagem, um método sempre sujeito a erros ou a pequenos desfasamentos tipográficos. Mas estas pequenas observações de pormenor não diminuem o valor desta Terceira Parte da Dissertação de Isabel Velázquez Soriano. Depois dos contributos decisivos prestados por M. Diaz y Diaz ⁽²³⁾ e por Canellas López ⁽²⁴⁾, Isabel Velázquez Soriano fornece-nos, finalmente, um corpus alargado das “pizarras” de texto com leituras criteriosas e seguras, munido de um sólido aparato crítico, onde, para além da publicação de 47 exemplares inéditos, se procede a uma revisão das leituras de outras “pizarras” já conhecidas.

A Quarta Parte da Dissertação compreende o estudo linguístico do latim das “pizarras” (pp. 317-565). Estas evidenciam um domínio apreciável do latim e um assinalável nível cultural dos escribas, sobretudo se tivermos em conta que estamos perante uma sociedade marcadamente rural, arredada dos grandes centros culturais da época. A autora distingue diversos níveis de linguagem, desde a jurídica (presente na maioria dos casos, socorrendo-se de formulários mais ou menos estereotipados, e onde a correcção do latim é ainda aceitável) e a litúrgica (representada nos Salmos, no que designa por um “*latin cristiano*”), até à linguagem falada (que se entrevê indirectamente em vários documentos descritivos, como por exemplos os classificados como “*Notitiae*” ou como “*Vectigalia Rerum Rusticarum*”, e presente de forma particularmente elucidativa no caso excepcional que é a Epístola de Faustino a Paulo, insc. n^o 103). A análise do latim das pizarras levou a autora a considerar que

⁽²²⁾ Veja-se, por exemplo, as diferenças assinaláveis entre a leitura e desenho publicados por Gomez-Moreno, *op. cit.*, 1966, p. 76-78 (insc. n^o XXXIII), e a nova leitura e interpretação gráfica de Isabel Velázquez Soriano, pp. 216-221 (insc. n^o 45).

⁽²³⁾ Sobretudo com “Los documentos hispano-visigóticos sobre pizarras”, *Studi Medievali*, vol. 7, 1966, pp. 75-107.

⁽²⁴⁾ A. Canellas López, *Diplomática Hispano-Visigoda*, Zaragoza, 1979.

"... ofrece datos incuestionables de que ya la lengua es sustancialmente diferente, sobre todo en lo que respecta al sistema fonológico y a bastantes aspectos morfológicos y sintácticos. Se han producidos muchos cambios, demasiadas alteraciones para decir taxativamente que la lengua de las pizarras es la lengua latina literaria, ni aun la de autores coetáneos a estos textos, posiblemente no lo sea tampoco como la lengua popular de los siglos anteriores, pero tampoco puede decirte que se trate de una lengua diferente, por mucho que pertenezca a un nivel de language distinto, y que su "vulgarización", sea más notable. Somos de la opinión de que una lengua, un dialecto, deja de ser tal y se escinde de su origen, convirtiéndose en otra lengua distinta cuando ya las estructuras sintácticas de la primera son impermeables, no comprensibles directamente por los hablantes de la segunda; cuando el lector de los textos, en este caso latinos, se ve obligado a glosarlos, a traducirlos, para comprenderlos. Esto que es indiscutible en textos romances del s. X, Glosas Emilianenses por ej., no puede aplicarse a las pizarras, o, por mejor decir, o /os' gwe to escribieron, ¿/¿to gwe CAZ ellas lo que predomina es, como hemos indicado, un language jurídico, técnico, incluso un "latín cristiano" en las que contienen "preces", pero la lengua hablada que puede atisbarse a través de esto es la que, posiblemente, se acerca a la de sus autores. " (p. 647).

Não deixa de ser sintomático que a inscrição que a autora considera mais afastada do latim e mais próxima do que poderia ser considerado um proto-romance, seja precisamente a inscrição de Carrio (Asturias), dos meados do século Vili.

"Así en el siglo y medio largo que transcurre desde la producción de las pizarras 39 y 103, por ej., hasta la 104 se observa una diferencia cualitativa notable en el tipo de lengua. " (p. 650).

Particularmente importante se afigura, para quem se encontra menos sensibilizado para as questões linguísticas, a 2- Secção, dedicada aos problemas lexicais, abordados em três grandes grupos: antroponímia, toponímia e léxico común (pp. 465-565).

A Quinta Parte é dedicada ao Aspectos de Conteúdo das "pizarras". Como tivemos oportunidade de referir, o carácter ambíguo das "pizarras", a meio caminho entre a Epigrafia (pelo suporte) e a Diplomática (pelos conteúdos), levou a autora a procurar, na esteira de Canellas López, uma

classificação de tipo diplomático para as “pizarras”. Se o carácter tantas vezes fragmentário dos textos sobreviventes dificulta, em vários casos, uma correcta compreensão do seu conteúdo, não podemos deixar de sublinhar a importância desta Quinta Parte, que fornece elementos fundamentais para a compreensão da sociedade visigótica rural, com o marcado peso das actividades agro-pecuárias, permitindo entrever numerosos aspectos, desde os aspectos económicos e sociais (sistemas de propriedade, relações sociais, tipos de produções, regime de trocas, sistemas de impostos, empréstimos e vendas, etc.) passando pelos aspectos culturais (domínio do latim, onomástica, sistemas de aprendizagem da escrita, etc) e religiosos (salmos).

As “pizarras” visigóticas permitem entrever uma sociedade marcadamente rural mas, paralelamente, uma sociedade onde o peso da escrita se fazia sentir em vários níveis, afigurando-se imprescindível. Uma sociedade com um complexo sistema contabilístico, com relações jurídicas normalizadas e bem estabelecidas (como, de resto, deixa entrever a *Lex Visigothorum*), com um surpreendente (ou talvez não) nível de alfabetização. E, se nos fosse permitido realçar algum tipo de “pizarras”, a nossa opção recairia sobre as *Exercitationes Scholares*, nas suas várias dimensões, desde os simples alfabetos (insc. n.º 25 e 57), às orações ou salmos (insc. n.ºs. 7, 29 e 58), a uma *Epistula Moralis* (insc. n.º 59, de [642-649]), que nos revelam o fascinante universo da aprendizagem escolar da escrita, registada aqui em diversas fases. O sistema de ensino, fundamental para a manutenção da tradição escrita, era assegurado pelas escolas paroquiais ou monásticas, sendo lógico o recurso a textos religiosos como base dos exercícios escolares. Mas estes textos, para além da dimensão escolar, ajudam igualmente a entrever os rituais litúrgicos, sobretudo o sucesso da liturgia hispano-visigoda logo no século VII, o que autora soube valorizar devidamente.

“... el nivel de escolarización, manifesto en estos textos especialmente a través de ejercicios didácticos, pone de manifesto la importancia de la religión en la formación del individuo, ya que la educación a través de obras didácticas y sapienciales y y sobretudo, del estudio bíblico, incide directamente y modifica, a nuestro juicio, el sistema educativo en la Edad media y puede considerarse una de las facetas claves para el paso del mundo antiguo al medieval.” (p. 669)

A utilização das “pizarras” revela-se, também aqui, interessante: um material abundante, sem necessitar de grandes acabamentos, logo de baixos custos, particularmente indicado para esses exercícios escolares. As tábuas de cera ou o pergaminho, tal como outros suportes da escrita, necessitavam de preparação prévia e apresentavam custos elevados, o que levava a que estivessem reservados aos mestres e escribas. O aparecimento destes testemunhos da aprendizagem da escrita em quatro estações arqueológicas distintas ⁽²⁵⁾, revela-nos a difusão do sistema de ensino por vários núcleos rurais, ilustrando, uma vez mais, uma sociedade onde a escrita, à boa maneira romana, não deixara de representar um papel fundamental. A ruptura da “civilização escrita” transfere-se, deste modo, da Alta Idade Média hispano-visigótica, para o século VIII, onde o estigma da invasão muçulmana e dos eventos que se lhe seguiram, devem ter representado um momento de acentuada decadência.

As ricas, diversificadas e estimulantes abordagens que as “pizarras” visigóticas mereceram de Isabel Velázquez Soriano convertem a sua Dissertação de Doutoramento num estudo de capital importância para variados domínios da investigação, sejam eles relacionados com a Linguística, a Paleografia, a Diplomática, a Epigrafia ou a História. Se estas pobres observações, resultantes da leitura desta Dissertação, criarem, no eventual leitor, a curiosidade de um conhecimento directo da obra, dar-nos-emos por satisfeitos.

⁽²⁵⁾ Dehesa del Cañal (Pelayos, Salamanca), Salvatierra de Tormes (Salamanca), Navahombela (Salamanca) e Dehesa del Castillo (Diego Alvaro, Avila).

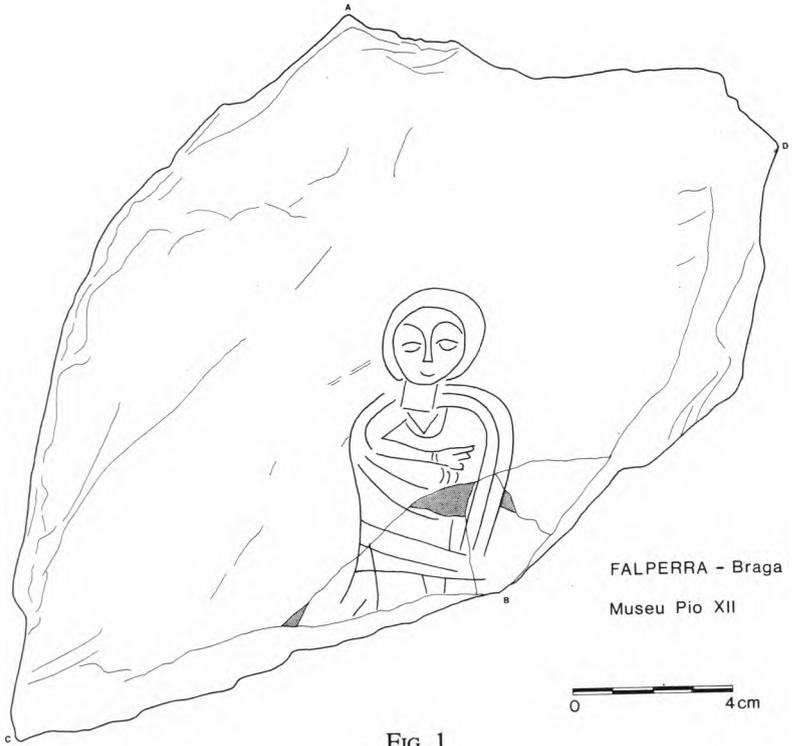


FIG. 1